



José Gabriel Ávila*

A Presidência de Trump e os Açores

A inauguração, na próxima segunda-feira, da Presidência de Donald Trump, cujos controversos propósitos têm sido largamente divulgados, constitui um tema a que não posso fugir, dadas as implicações que deles poderão advir para os Açores e para os Açorianos ilegais residentes nos EUA.

A minha situação de leigo e de mero observador da política norte-americana não me impede de ter uma opinião construída na base do que dizem e escrevem respeitadas analistas sobre a estratégia do Presidente republicano.

Baseado na doutrina do Presidente James Monroe (1758-1831) o MAGA (Make America Great Again), visa manter o velho slogan “A América para os Americanos”, defensor do domínio dos EUA sobre o seu próprio Hemisfério e sobre outros territórios que suportam esse império.

A questão que se coloca é saber, por um lado, que importância estratégica atribui a administração Trump ao arquipélago dos Açores, à sua extensa plataforma marítima integrada na Zona Económica Exclusiva (ZEE) e que papel está reservado às infra-estruturas portuárias e aeronáuticas, nomeadamente à Base das Lajes ou outras, em caso de conflito militar para afirmação do imperialismo norte-americano.

São temas complexos que, só após a tomada de posse vão ser esclarecidos.

Isso não impede que, na sociedade livre e aberta em que vivemos, militares, políticos, investigadores e académicos expressem a sua opinião e a sua visão do que poderá acontecer nos próximos anos, mais não seja para prevenir o futuro da vida nestas ilhas e o posicionamento diplomático com a futura administração da Casa Branca. Esta seria uma postura avisada que dignificaria o País e a Região por se tratar de um país amigo, aliado da NATO, com quem os Açores mantêm um relacionamento diplomático muito antigo.

Ademais, esse posicionamento traduziria uma atitude firme em defesa da nossa ZEE, da nossa soberania e da política de alianças com os parceiros europeus no âmbito da EU e responsabilizaria a nossa diáspora em questões que lhe dizem respeito quanto a imigrantes indocumentados.

A ligação entre os EUA e os Açores

é tão forte que a nossa comunidade está estimada em cerca de 1 milhões de açorianos e luso-descendentes, alguns dos quais participaram em administrações locais, estaduais e federais de que muito nos orgulhamos. Esse mérito deve ser relevado sempre, não só pelas entidades socioculturais e pelos representantes políticos eleitos da diáspora como pelas autoridades portuguesas e açorianas. Em qualquer circunstância, sobretudo quando se tratar da conhecida problemática dos indocumentados e clandestinos que, em qualquer caso, são dignos construtores daquele país.

São conhecidas as intenções da Administração Trump em desenvolver políticas de imigração mais restritivas e deportar cidadãos estrangeiros indocumentados.

O “Açoriano Oriental” de terça-feira citando Helena da Silva Hughes, presidente do Centro de Apoio ao Imigrante de New Bedford, revela que mais de mil famílias portuguesas estão em situação ilegal só no condado de Bristol, e muitas mais existem em Massachusetts, Rhode Island e Califórnia. É um problema humano e social sério, em primeiro lugar pelas graves implicações no tecido económico e social daqueles Estados.

Compete, pois à comunidade luso-americana, através dos seus órgãos representativos envolver-se solidariamente para encontrar soluções que salvaguardem os direitos daqueles cidadãos, cujas famílias já se integraram no viver norte-americano, com o melhor do seu esforço e empenho e já não desejam voltar às suas terras de origem.

A legalização como contrapartida negocial

Neste sentido as autoridades nacionais e regionais, políticas e diplomáticas, à mesa das negociações sobre a presença norte-americana

em Portugal, devem desenvolver os seus melhores esforços junto da administração Trump, colocando como primeira contrapartida a garantia de que a nova política de imigração salve os portugueses indocumentados e suas famílias.

Importante é também o papel a desempenhar pelas autoridades e organizações religiosas cristãs a que esses cidadãos estão ou não ligados, pois foi decisivo o papel dessas igrejas na eleição do Presidente republicano.

A postura assumida pelas autoridades açorianas perante a eventualidade da deportação de imigrantes açorianos, em meu entender, não foi a mais correta. Perante a Administração Trump, deu-se um sinal de concordância com a política de imigração, mostrando-se impotente e incapaz para sustentar o que possa ser decidido. Aliás o erro maior foi afirmar que “a deportação [de açorianos] não é o cenário previsível”. Oxalá!

É evidente que o arquipélago, ao contrário do que foi afirmado, não está preparado para receber milhares de açorianos indocumentados. Se para os residentes há carências habitacionais e de vária ordem socioeconómica, mais difícil e complexa é a inserção sociocultural de pessoas com vivências e ambientes sociais diferentes.

As dificuldades de integração dos deportados dos EUA e Canadá nos anos 90 deveriam fazer-nos refletir sobre o que pode acontecer com pessoas deportadas, cujo único crime foi viverem ilegalmente num país onde trabalhavam honestamente e a quem davam o melhor do seu saber. E quantas não iniciaram processos de legalização, mas foram mal aconselhadas e acompanhadas?... É o que referem estudos publicados.

Só com ações conjuntas e concertadas entre parceiros de lá e de cá se pode alterar o terrível espectro da deportação de imigrantes açorianos indocumentados.

O problema está na ordem do dia e pode desestabilizar ou aproximar o relacionamento entre as comunidades açorianas da diáspora e do arquipélago que há alguns séculos colabora positivamente no topalado “sonho americano”.

